

ATA DA 71ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, foi realizada a plenária no formato online, com início às 13h30, compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), participaram: Rogério Correa, conselheiro suplente (Central Única dos Trabalhadores – CUT), Lucilene Binsfeld, conselheira titular (Central Única dos Trabalhadores – CUT), Erli Aparecida Camargo, conselheira titular (Fundação Instituto Nereu Ramos – FINER), Nasser Haidar Barbosa, conselheiro titular (Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz), Débora Nunes Barbosa, conselheira titular (Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS), Katia Freitas da Silva (Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS), Sílvia Cantarino, conselheira suplente (Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – SAP), Mayara dos Santos Modolon, conselheira titular (Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC), Felipe dos Passos, conselheiro titular (Secretaria de Estado da Fazenda – SEF), Juliana Lima Medeiros, conselheira suplente (Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP), Gabriela Rabello, conselheira suplente (Conselho Regional de Psicologia – CRP12), Diego Lopes Costa, conselheiro titular (Centro de Direitos Humanos de Itajaí – CDHI), Rosemeri Miranda Prado, conselheira titular (Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina – FECESC), e como **convidados**: Jaqueline Maccoppi (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina – SINJUSC), Ana Carolina de Castro Freitas Santos (Frente Ampla em Defesa do Sistema Socioeducativo), Maristela Cizeski (Pastoral da Criança), Rita de Cássia Maraschin da Silva (Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Na Agricultura Familiar de Santa Catarina - FETRAF) e Neylen Bruggemann Bunn Junckes (Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – SAP).

A plenária é aberta (1) pela presidente Erli (FINER) que cumprimentou e agradeceu a presença de todos, mencionou que sua intenção era de dar continuidade as ações em andamento da gestão anterior e aperfeiçoar novas ideias que forem surgindo ao longo desta. A presidente informou que haveriam 3 (três) pontos acrescidos na pauta que serão apresentados nos informes gerais referentes ao sistema socioeducativo, ao sistema prisional e o terceiro acerca das questões fundiárias. Questionou ao grupo sobre uma possível inversão de pauta e não havendo manifestações foi dado prosseguimento na ordem de leitura. Dando continuidade foi feito o **levantamento de quórum (2)** constatado suficiente para as deliberações e **aprovada a ordem do dia (3)** por unanimidade. Quanto as **justificativas de ausências (4)**, a conselheira Maria Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) justificou a ausência de sua titular, professora Maria Del Carmen, que estava em viagem, o conselheiro Rogério Correa (CUT-SC) justificou a ausência de sua titular Lucilene Binsfeld, que teve choque de agendas e por fim a conselheira Sílvia Cantarino (SAP) justificou a ausência da sua titular a conselheira Bruna Longen que estaria em outra reunião. Dando continuidade a reunião foi iniciado o **ponto (5) Informes das Conferências Mesorregionais de Direitos Humanos**. A palavra é cedida para a conselheira Lúcia Haygert (IMDH-UFSC), que informou que a secretária do conselho havia inserido os relatórios das conferências mesorregionais no drive e estar se encaminhando para a fase de sistematização de todos os documentos para a conferência estadual que será realizada em outubro. A presidenta Erli Camargo (FINER) mencionou que no dia 09 de agosto foi realizada a 3ª (terceira) reunião preparatória para a Mesorregião serrana. O conselheiro Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz) informou que o relatório da Mesorregião de Joinville estava em processo de finalização, porém, de acordo com o regimento interno, se encontrava dentro do prazo para entrega. O ponto foi concluído com a fala da presidente que

54 lembrou da reunião entre o Conselho Nacional de Direitos Humanos e os
55 Conselhos Estaduais de Direitos Humanos que foi adiada para o mês de setembro
56 onde um dos temas seria a Conferência Nacional. Na sequência foi aberta a
57 discussão sobre o **Plantão Regionalizado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina**
58 **(6)**A conselheira Débora (SAS) explicou que o CEDH teria recebido via
59 correspondência eletrônica documento do Sindicato dos servidores do Tribunal de
60 Justiça (SINJUSC) relatando sobre o modelo de plantão regionalizado em Santa
61 Catarina e seus desdobramentos. Antes cada comarca realizava o seu plantão,
62 com a implantação do modelo regionalizado, cada servidor atende um número
63 maior de comarcas por região. O documento trouxe 2 (dois) pontos considerados
64 violações de Direitos Humanos: o primeiro deles seria quanto ao deslocamento dos
65 presos, sem condições de se deslocarem a seu município de origem e o segundo
66 ponto seria quanto aos servidores não conseguirem usufruir das folgas, ficando
67 sobrecarregados. Após algumas manifestações sobre o tema em questão a
68 convidada Jaqueline Maccoppi se apresentou como diretora do SINJUSC, na
69 suplência e relatou que o problema iria além da questão dos servidores, relacionou
70 a sobrecarga desses com a qualidade de serviço prestado a comunidade, como
71 não sendo adequada a população de modo a resguardar os seus direitos urgentes
72 e emergenciais. Após longo debate sobre o tema foi deliberado como
73 **encaminhamentos:1) ofício ao SINJUSC solicitando mais informações para**
74 **ação do CEDH, tomando como referência o acesso à justiça e o modelo de**
75 **plantão, 2) ofício ao TJSC, ao núcleo de Direitos Humanos, solicitando**
76 **maiores informações que justifiquem o modelo adotado, 3) ofício as**
77 **Comissões Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-SC para realização de**
78 **ação conjunta e 4) Ofício à Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP**
79 **em relação aos presos.** Dando prosseguimento foi iniciado o **ponto (7)Regimento**
80 **Interno.**A presidente solicitou que os conselheiros ficassem à vontade para
81 escolher a comissão para auxiliar nos trabalhos do CEDH.O conselheiro Nasser
82 Haidar (CDH Maria da Graça Braz) informou que está na Comissão de Legislação
83 e Normas e pretende continuar nessa comissão porque não tem condições de se
84 dedicar a mais de uma. Com relação ao Regimento Interno relatou que foi feita uma
85 análise na redação do documento que foi redigido por gestão anterior, foram feitas
86 algumas considerações, porém, não conseguiu ser dado prosseguimento para
87 publicação. A primeira secretária Débora (SAS) compartilhou em tela e fez uma
88 breve apresentação da tabela das comissões, contendo a atribuição de cada uma
89 delas e seus integrantes até o momento. Em sua fala Débora chamou a atenção
90 para que sejam bem distribuídos os conselheiros governamentais e não
91 governamentais nas comissões. A presidente apontou que algumas comissões
92 estariam com muitas pessoas e outras nem tanto para melhor ser feita a distribuição
93 dos conselheiros. A conselheira Lúcia Haygert (IMDH) mencionou a Comissão de
94 Monitoramento como a mais importante dentre as demais porque a atividade do
95 CEDH estaria muito centrada nesta comissão. Débora (SAS) propôs montar um
96 cronograma, indicar um coordenador e um relator para cada comissão e criar uma
97 metodologia de trabalho. Por fim, sugeriu que a nova composição retomasse
98 conversa com a SAS sobre os canais de denúncias. O conselheiro Nasser Haidar
99 (CDH Maria da Graça Braz) complementou sua fala sobre o regimento interno que,
100 em tese, estaria em conflito com a lei, segundo a procuradoria, e; apesar de
101 entender que a lei precisa ser reformulada, a intenção é que o regimento interno
102 prossiga para publicação antes da reformulação da lei. Acrescentou ao seu relato
103 que o ponto mais polêmico do regimento interno seria quanto as substituições dos
104 conselheiros onde a procuradoria tem uma interpretação diferente sobre a cadeira
105 do CEDH. Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz) mencionou que após nova
106 reunião da Comissão será levado ao conselho sugestões sobre o RI. Nesse
107 instante a conselheira Lúcia Haygert (IMDH) questionou sobre as formações dos
108 conselheiros (as) nos 30 (trinta) minutos iniciais de cada reunião se permaneceria

109 ou não, para a construção do plano de atividades da Comissão. Feito o
110 questionamento ao pleno, pela presidenta, ficou deliberado pela
111 continuidade.**Encaminhamento: cada comissão ficou responsável por**
112 **apresentar na próxima plenária: metodologia, coordenadoria, relatoria e**
113 **ações.** Quanto ao ponto (8)**Descumprimento das decisões do Supremo**
114 **Tribunal Federal quanto ao atendimento da população em situação de rua,** a
115 presidente mencionou que chegaram 3 (três) pontos após a formação da pauta que
116 seriam discutidos na plenária: *1º Denúncia relativa ao sistema prisional, 2º Acerca*
117 *do Socioeducativo e 3º Vistorias relativas a questão fundiária.* Antes da discussão
118 a presidenta informou ter sido realizada reunião da Mesa Diretora e, a partir da
119 análise do item (8) surgiu como proposta que a Comissão de Monitoramento
120 trabalhasse os 3 (três) temas citados, juntamente ao item (8), para na próxima
121 plenária serem apresentadas propostas de encaminhamentos. Além disso que
122 fosse feita uma tentativa de trabalho conjunto entre Conselho Estadual de
123 Assistência Social – CEAS, Conselho Estadual de Saúde – CES, Comissão de
124 Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – CDH OAB/SC, Segurança
125 Alimentar no Estado e Conselho Estadual da Criança e do Adolescente – CEDCA. A
126 presidente Erli (FINER) relatou que o informe teria chegado ao conhecimento do
127 CEDH não somente por meio das pessoas que trabalham com pessoas em
128 situação de rua, mas, da própria vereadora Carla Ayres. O informe mostra como
129 estão sendo tratadas as pessoas em situação de rua em Florianópolis embora
130 outros municípios apresentem a mesma situação. A proposta da Mesa Diretora
131 seria realizar uma plenária conjunta com os demais conselhos anteriormente
132 mencionados para um debate de maior amplitude e após solicitar uma audiência
133 pública. A presidenta indagou ao pleno se estavam todos de acordo, não havendo
134 manifestações ficou aprovada a sugestão colocada. Débora (SAS) reforçou a fala
135 da presidenta dizendo que por se tratar de uma questão complexa foi pensado
136 nessa proposta de encaminhamento. A conselheira Lúcia Haygert (IMDH) se
137 posicionou a favor do encaminhamento, porém, acrescentou a elaboração de uma
138 recomendação às prefeituras que se tem conhecimento quanto ao descumprimento
139 da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Erli (FINER) concorda com o
140 documento, porém que seja feito de forma conjunta. A conselheira Cláudia (Arco-
141 íris) lembrou que além dos cobertores, são levados pertences e documentos. Outro
142 ponto relatado foi quanto a chegada, em ritmo acelerado de imigrantes em
143 Florianópolis, inclusive famílias com crianças. Essas famílias vêm em situação de
144 refúgio e são consideradas pessoas em situação de rua por não possuir um local
145 de moradia. A convidada Rita de Cássia (Federação dos Trabalhadores e
146 Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Santa Catarina - FETRAF-SC) e
147 conselheira do CONSEA mencionou ser essa uma preocupação também daquele
148 conselho e que levará a demanda para conhecimento e participação conjunta na
149 construção do documento.**Encaminhamento: oficial o Conselho da Assistência**
150 **Social – CEAS, Conselho Estadual de Saúde – CES, Comissão de Direitos**
151 **Humanos OAB/SC, Conselho Estadual da Segurança Alimentar e Nutricional**
152 **– CONSEA e Conselho Estadual da Criança e do Adolescente – CEDCA para**
153 **participarem de reunião ampla. Após o amplo debate solicitar audiência.** Como
154 não houve manifestação quanto à denúncia do sistema prisional foi iniciado o
155 debate sobre o sistema socioeducativo com a convidada e ex-diretora de Direitos
156 Humanos da SAS, senhora Ana Carolina de Freitas, que atualmente faz parte da
157 Frente Ampla em defesa do sistema socioeducativo catarinense. A convidada
158 mencionou ter recebido aproximadamente 20 falas muito graves acerca das
159 unidades. Em seu relato Ana Carolina (Frente Ampla) diz que fará menção àqueles
160 que considera os mais importantes. O primeiro deles seria quanto ao fechamento
161 das unidades de forma desordenada, sem comunicação prévia e sem aferição de
162 impacto. A previsão seria encaminhar os meninos para outras unidades distantes
163 até 200 (duzentos) quilômetros de suas residências. Outro ponto colocado pela

164 convidada foi quanto o encerramento de contratos vigentes de profissionais, tendo
165 um concurso homologado e renovado contrato temporário por mais 1 (um) ano,
166 alguns desses iniciados desde 2012. Em relação à tortura apesar do sistema
167 socioeducativo não ser um sistema prisional, Ana (Frente) diz que o entendimento
168 tem sido este na atual gestão. O terceiro ponto seria quanto a possibilidade do uso
169 de instrumentos de menor letalidade como gás de pimenta nas unidades e a
170 utilização de cães nas visitas. Além desses pontos, foram colocados ainda a
171 diminuição sensível das atividades pedagógicas, número insuficiente de
172 profissionais com conhecimento técnico para atendimento dos adolescentes e
173 ausência de condições arquitetônicas. A convidada Maristela (Pastoral) relatou
174 brevemente quando assumiu a coordenação do CEDCA, as ações realizadas
175 quanto a essas questões e propôs ao CEDH solicitar uma audiência pública junto
176 com a Frente Ampla e convidar outros entes, além disso pensar numa forma de
177 separar o socioeducativo do sistema penal. **Encaminhamento: Solicitar**
178 **audiência com o tema: O plano SINASE (Sistema Nacional de Atendimento**
179 **Socioeducativo), convidar o senhor Cláudio, ex-coordenador do SINASE, em**
180 **pareceria com a Frente Ampla que está se formando em SC.** Finalizando a
181 plenária a conselheira Celina Rinaldi (IGENTES) fez o último informe sobre as
182 vistorias da Comissão de Conflitos Fundiários (CEFUR). Antes de fazer o relato
183 sobre as vistorias informou sobre recente Resolução Nacional do Conselho
184 Nacional de Justiça (CNJ), nº 510, que inclusive mudou a denominação das
185 Comissões regionais para Comissões de Soluções Fundiárias. A resolução traz
186 consigo o regramento para busca de soluções em conflitos fundiários. O documento
187 em referência institui a criação de uma comissão nacional, assim como nos
188 tribunais, inclusive nos federais. O regramento das vistorias prevê que a comissão
189 pode atuar antes do ajuizamento e mesmo após o trânsito em julgado. Concluiu
190 esse ponto comunicando ao pleno sobre as vistorias realizadas pela CEFUR, como
191 em Brunópolis, Biguaçu (Vila Martim e Vila Matinhos) e na Vila Aparecida no
192 município de Florianópolis. A conselheira explicou que todos os documentos serão
193 disponibilizados para leitura e votação na próxima plenária. Eu, Manuela Brandão
194 da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente com a Erli, presidenta do
195 CEDH/SC, assinamos.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **35MWZR71**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ERLI APARECIDA CAMARGO (CPF: 516.XXX.329-XX) em 18/09/2023 às 15:48:29

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxXzM1TVdaUjcx> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **35MWZR71** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.